



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



Anais, Volume XVII, n. 4, set. 2023
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

Eixo 4

Formação de Professores, Memórias e História da Educação

O Percorso Festivo das Escolas Sergipanas na Primeira República (1911-1930)

The Festive Journey of Sergipe Schools in the First Republic (1911-1930)

Degenal de Jesus da Silva

DOI: <http://dx.doi.org/10.29380/2023.17.04.17>

Recebido em: 15/09/2023

Aprovado em: 17/09/2023

Editores responsáveis:

Veleida Anahi Capua da Silva Charlot e Bernard Charlot



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



O Percurso Festivo das Escolas Sergipanas na Primeira República (1911-1930)

The Festive Journey of Sergipe Schools in the First Republic (1911-1930)

RESUMO

As celebrações festivas representam um componente significativo de qualquer comunidade humana. Através destes eventos, é possível transmitir aos participantes conhecimentos específicos que se manifestam tanto através de práticas concretas como na construção de representações sociais simbólicas. No contexto das escolas primárias durante a Primeira República em Sergipe, essas festividades encontraram uma plataforma institucional sólida, abrangendo a infraestrutura escolar e seus profissionais, que se empenharam na disseminação das representações culturais enraizadas nos eventos festivos endossados pelo Governo Provisório. Neste contexto, a análise da frequência e consistência das celebrações cívicas ocorridas entre 1911 e 1930, promovidas pelos grupos escolares nas ruas, adquire destaque. Empregando uma abordagem qualitativa, a investigação se utiliza das categorias de práticas e representações propostas por Roger Chartier. Esse enfoque permite uma compreensão mais profunda da interconexão entre as ações concretas realizadas durante as festas e as mensagens simbólicas que tais eventos comunicam. Como resultado, oferece insights valiosos sobre como essas celebrações não apenas fortaleceram o sentimento de pertencimento e identidade, mas também funcionaram como veículos para a transmissão de valores culturais e ideias políticas à sociedade.

Palavras-chave: Escolas primárias. festas. representações..

ABSTRACT



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



Festive celebrations represent a significant element within any human community. Through these events, it's possible to impart specific knowledge to participants, which manifests in both tangible practices and the creation of symbolic social representations. In the context of primary schools during the First Republic in Sergipe, these festivities found a robust institutional platform, encompassing school infrastructure and its professionals, who were dedicated to disseminating cultural representations rooted in the festive events endorsed by the Provisional Government. Within this context, the analysis of the frequency and consistency of civic celebrations occurring between 1911 and 1930, organized by school groups on the streets, takes on prominence. Employing a qualitative approach, the investigation employs the categories of practices and representations proposed by Roger Chartier. This perspective enables a deeper comprehension of the interplay between the concrete actions conducted during the festivities and the symbolic messages that such events convey. Consequently, it yields valuable insights into how these celebrations not only bolstered the sense of belonging and identity but also functioned as conduits for transmitting cultural values and political ideas to society.

Keywords: Primary schools. festivities. representations..

INTRODUÇÃO

Entendemos que as festas constituem um “fato social total”, pois nelas convergem vontades sociais, práticas e representações em processo de legitimação e reconfiguração. Tanto investimentos políticos quanto a criação de novos significados ocorrem nesse contexto: nos símbolos, nos signos, na arte, entre outros elementos. Além de expressar, essas festividades inquestionavelmente representam momentos cruciais de imposição, de confronto, de conflito evidenciado por diversos grupos que as utilizam como instrumentos de imposição simbólica¹.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



No Congresso Nacional, no final do século XIX, as festas cívicas não eram unanimidade entre os grupos partidários. O deputado Spinola, por exemplo, apresentou os seguintes termos para discussão: “Qual a utilidade pública desta medida? Em que consiste esta festividade nacional?”, e continua, “Hoje a decretação destas festas não tem razão de ser, perderam o carácter político que tinha, e quando e quando apoiados pelo elemento oficial, tornam-se ridículas”¹. Elas se restringiam a uns poucos funcionários públicos e políticos, que em frente aos prédios do governo, cantavam hinos, hasteavam bandeiras, entoavam *Te Deum*, entre outros. O povo não se sentia inserido, e nem os símbolos monárquicos o atraíam mais do que antes. O *capital simbólico* (BOURDIEU, 2010, p.187-188) monárquico, praticamente, havia se esvaído. O parlamentar chegou à conclusão que

Essas aparatosas cerimoniais, que deslumbravam os nossos avós, já não nos comovem: deixam-nos indiferentes, quando não provocam o riso [...]. Essas exterioridades, com os progressos da civilização, tornarão-se desnecessárias para a manifestação dos sentimentos².

Dessa forma, as festas cívicas no final do Império tinham perdido sua utilidade para o governo. A função de promover a manifestação do sentimento com os símbolos monárquicos não era alcançada, como antigamente, nos festejos. A tendência, com o desenrolar dos anos, seria a extinção desses ritos. A pesquisadora Lilia Moritz, também chega a essa conclusão ao dizer que os viajantes acompanharam a decadência do Império e o fim dos seus rituais, que já não encantavam no final do séc. XIX³. Foi por essa razão que o deputado advertiu, “Não procuremos imitar os governos da França, monarchicos ou republicanos, que procuram popularisar-se por meio de dispendiosos festejos”⁴.

Seis meses depois deste discurso, a implantação da República tinha sido proclamada. E, assim, o novo regime precisava de novos símbolos e tradições que o legitimasse perante os brasileiros. As festas, desse modo, demonstravam ser o melhor caminho no processo de legitimação, pois, elas funcionavam como um mercado de bens simbólicos, podendo, ao sabor da situação, substituir os produtos que tinham uma rejeição gritante perante a sociedade.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



Para Raymundo Faro, o Rio de Janeiro “[...] era um viveiro contestatório, pronto para aplaudir todos os opositoristas[...]”, contanto que houvesse festa⁵. Machado de Assis também tinha essa percepção da cultura brasileira: fosse para comemorar ou protestar, elas estavam presentes. Não podemos esquecer, entretanto, que sua existência era um fenômeno que acometia todas as nações desenvolvidas. Ou seja, se o Brasil queria entrar para o clube, conseguir o reconhecimento, tinha que trilhar os caminhos desbravados por essas civilizações.

Em 14 de janeiro de 1890, o decreto 155-B, foi aprovado pelo Governo Provisório. A frente de tal projeto estavam as seguintes personalidades brasileiras: Aristides da Silveira Lobo, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Demetrio Nunes Ribeiro, Eduardo Wandenkolk, Manoel Deodoro da Fonseca, M. Ferraz de Campos Salles, Quintino Bocayuva, Ruy Barbosa⁶.

Este grupo, construiu um sistema de festas cívicas nacionais que não pertenciam a uma determinada região, mas ao Brasil como um todo. Sendo que o Estado brasileiro republicano precisava consolidar-se “a partir de um conjunto restrito de referências”⁷ que lhe proporcionasse homogeneidade, ou seja, como já vimos, essa ideia era compartilhada meses antes da Proclamação. Assim, aquele grupo selecionou, organizou e ressignificou os símbolos e as imagens dos indivíduos, passando, então, a representarem as palavras de ordem (pátria, civismo, republicanos, civilização entre outros), dando início ao processo de legitimação da República.

QUADRO I - Festas Nacionais (Decreto de 1890)

Festas Nacionais	Dias
Consagrado á Commemoração da Fraternidade universal	1 de Janeiro
Consagrado á Commemoração dos Precusores da Independência Brasileira, Resumidos em Tiradentes	21 de Abril
consagrado á commemoração da descoberta do Brazil	3 de Maio



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



Consagrado á Commemoração da Fraternidade dos Brasileiros	13 de Maio
Consagrado á Commemoração da Republica da Liberdade e da Independência dos Povos Americanos	14 de Julho
Consagrado á Commemoração da Independência do Brasil	7 de Setembro
Consagrado á Commemoração da Descoberta da America	12 de Outubro
Consagrado á Commemoração dos Mortos	2 de Novembro
Consagrado á Commemoração da Pátria Brasileira	15 de Novembro

Fonte: REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. "Decreto nº 155 B de 14 de janeiro de 1890". In.: OCTAVIO, Rodrigues. **As Festas Nacionaes**. F Briguiet&C Editores, 1893. pp.265-266.

O Governo Provisório endossou nove festividades cívicas nacionais, dividindo-se em quatro abrangentes a todos os países do mundo (1 de Janeiro, 14 de Julho, 12 de Outubro e 2 de Novembro), enquanto as outras cinco celebrações (21 de Abril, 3 de Maio, 13 de Maio, 7 de Setembro e 15 de novembro) eram mais focalizadas, reverberando a identidade brasileira. Essa diversidade de ritos entre o universal e o específico delineava-se da seguinte forma: duas refletiam a fraternidade (1 de Janeiro e 13 de Maio), uma prestava homenagem a uma figura histórica (21 de Abril), duas destacavam a independência (14 de Julho e 7 de Setembro), outras duas lembravam a chegada dos europeus (3 de Maio e 12 de Outubro) e, por último, aquela que evocava conotações religiosas (2 de Novembro). Isso evidencia que os legisladores se esforçavam para entrelaçar a história nacional com outras nações, ao mesmo tempo em que realçavam celebrações específicas. Nesse contexto, emergem três conceitos no cenário político: fraternidade, independência e chegada dos europeus.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



As comemorações não seguiam um padrão lógico, ideológico ou histórico racional. Isso revela que o objetivo central da comissão do projeto era selecionar os significados de datas específicas para integrar o calendário republicano. Como resultado, algumas delas foram redefinidas: por exemplo, o 1º de Janeiro, que na segunda década do século XIX representava o dia em que D. Pedro I optou por permanecer no Brasil (o Dia do Fico), e, no final do mesmo século, se transformou em uma das celebrações mais notáveis: o Ano Novo; o 3 de Maio, que no período imperial remetia à Reabertura da Assembleia Nacional, assumiu, no contexto republicano, a homenagem à Descoberta do Brasil; já o 12 de Outubro, vinculado ao nascimento e aclamação de D. Pedro I, acabou se transformando na Comemoração da Descoberta da América.

Entretanto, uma das situações mais complexas girava em torno do 13 de Maio. Affonso Celso Junior, deputado por Minas Gerais, apresentou o projeto n.º 3 em 10 de maio de 1889, pleiteando que essa data fosse estabelecida como feriado nacional⁸. Vários deputados se opuseram à aprovação desse requerimento, e alguns inclusive afirmaram que “O grosso das forças republicanas vem do descontentamento causado pela abolição. Eram as leis de 28 de setembro em 1871 e de 13 de maio em 1888 que fizeram surgir do solo as legiões que hoje avançam contra a monarquia”⁹. Os legisladores temiam que atribuir ao feriado o título *de Abolição da Escravidão no Brasil* pudesse desagradar setores prejudicados pela Lei Áurea. Portanto, durante a era republicana, preferiu-se nomeá-lo como “Comemoração da Fraternidade dos Brasileiros”. No entanto, essa camuflagem pode ser desvendada pelo livro de Rodrigo Otávio, *Festas Nacionais*, publicado em 1893, uma fonte crucial sobre seus significados no início da Primeira República, que inclusive era recomendada nas escolas do país com o propósito de orientar os alunos sobre o significado das festas nacionais. Segundo Otávio, essa data celebrava o fim da escravidão no país. Assim, o nome foi um eufemismo adotado para alcançar consenso e evitar manifestações de protesto.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



As comemorações não seguiam uma ordem lógica, ideológica ou histórica. Dessa forma, é possível notar que a comissão do projeto tinha como principal objetivo escolher o significado de determinadas datas para figurarem no calendário republicano. Assim, algumas delas foram ressignificadas, como o *1 de Janeiro*, que na segunda década do séc. XIX, era o dia em que D. Pedro I decidiu permanecer no Brasil (o dia do Fico), e, no final do mesmo século, era uma das festas mais comemoradas: o Ano Bom; o *3 de Maio*, que no Império se referia à Reabertura da Assembleia Nacional, se transformou, no período republicano, na comemoração da Descoberta do Brasil; o *12 de Outubro* estava relacionado ao nascimento e aclamação de D. Pedro I, veio a ser a Comemoração da Descoberta da América. Todavia, uma das mais problemática era o *13 de Maio*. Affonso Celso Junior, deputado por Minas Gerais, apresentou o projeto n.º 3, de 10 de maio de 1889, pedindo que ela fosse declarada feriado nacional⁹. Vários deputados foram contrários à aprovação do requerimento, alguns, inclusive, já haviam dito que “O grosso das forças republicanas vem do descontentamento causado pela abolição. Eram as leis de 28 de setembro em 1871 e de 13 de maio em 1888 que fizeram surgir do solo as legiões que hoje avançam contra a monarquia”¹⁰. Os legisladores temiam que ao concederem ao feriado o título de Abolição da Escravidão no Brasil, isso acabasse desagradando os setores prejudicados com a Lei Áurea. Sendo assim, foi preferível dar-lhe, no período republicano, o nome de *Commemoração da Fraternidade dos Brasileiros*. No entanto, este mascaramento pode ser desfeito pelo livro de Rodrigo Otávio, *Festas Nacionais*, publicado em 1893, uma fonte importantíssima sobre o significado delas no início da Primeira república, e, inclusive, era indicado para as escolas do país, com o objetivo de orientar os estudantes nos significados das festas nacionais. De acordo com Otávio, ela comemorava o fim da escravidão no país. Dessa forma, o nome foi um eufemismo encontrado para conseguir o consenso e evitar as manifestações de protestos.

Para Pompéia, as festas nacionais tinham à função de difusão do patriotismo. Exaltando a “evolução”¹¹ da grandeza histórica da nação. De forma que o ciclo de comemorações da República, contava uma pequena história da marcha do Brasil Colonial até a implantação do novo regime¹². Eram exemplos, entendia o autor, de costumes e modos a serem reverenciados e cultuados na linguagem patriótica republicana. Assim, destinavam-se a celebrar os grandes acontecimentos do progresso humano e brasileiro.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



Mas, afinal, o que exatamente define uma festa? Será possível categorizá-la com absoluta precisão? Essas questões apresentam desafios consideráveis, levando-nos a explorar as limitações que encontramos ao tentar delinear sua natureza e os contextos nos quais ela se manifesta, ou, de maneira mais precisa, quais tipos de eventos podem ser legitimamente designados como *festas*. É interessante notar que diversas celebrações, incluindo aquelas de cunho político ou ritualístico, têm a capacidade de evocar tanto alegria quanto tristeza, variando de acordo com a perspectiva do historiador e as circunstâncias específicas de tempo e espaço em que ocorrem (DURKHEIM, 2013; LUZ, 2012).

Considerando que um dos princípios que tende a encontrar certo grau de consenso, ou pelo menos suscitar menos críticas, pode ocasionalmente ser posto de lado para ressaltar as particularidades históricas de uma festividade específica: elas tendem a serem cíclicas. Um exemplo ilustrativo surge na forma da celebração ocorrida em 08 de dezembro de 1924, na qual o então presidente de Sergipe, Graccho Cardoso, tornou pública a homenagem a Abílio Cesar Borges, indivíduo que contribuiu significativamente para os estudos e disseminação da língua portuguesa, além de ter influenciado a área educacional com sua vasta produção. Essa ocasião foi elevada ao *status* de feriado nacional por decreto do Presidente da República, Dr. Epitácio Pessoa.

Essa comemoração, por sua vez, ocorreu somente uma vez durante o período de investigação da pesquisa (1911-1930), desafiando assim a suposição de que um evento precisa ser repetitivo, ou seja, cíclico, para ser considerado uma festividade (SILVA, 2021, p. 189-190). Isso revela que certos objetos de estudo na história não se configuram facilmente a regras rígidas. Afinal, eles estão sujeitos à influência humana ao longo do tempo e em um espaço específico, moldados por circunstâncias particulares.

Foi justamente nessas variações que as celebrações cívicas ocorreram em Sergipe. No livro *Dionísio Republicano: as festas dos grupos escolares sergipanos e os outros olhares (1911-1930)* podemos observar que antes de 1911 as festividades republicanas frequentemente eram alvo de críticas constantes ou até mesmo de ausência de comemorações. Muitas vezes, essas celebrações se restringiam a rituais mais simples, como a cerimônia de hasteamento e arriamento das bandeiras.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



Desde a promulgação do decreto que pretendia estabelecer um sistema de festividades no país até sua efetiva realização no estado de Sergipe, fica evidente que os resultados alcançados foram inferiores às expectativas estabelecidas (1890-1910). Em diversos momentos, tais eventos sequer foram organizados nas ruas e, quando de fato ocorriam, frequentemente se resumiam a um simples ritual de hasteamento de bandeiras em prédios públicos. Ademais, até o presente momento, ainda não dispomos de informações suficientes para uma compreensão completa do que motivava as reiteradas alegações de apatia por parte dos sergipanos em relação às questões cívicas e patrióticas (SILVA, 2021, p. 42).

Nesse contexto, diversos indivíduos encontravam uma plataforma para suas críticas por meio da imprensa sergipana. Eles convocavam a sociedade a se envolver mais nas celebrações, encorajando a presença e o apoio aos eventos republicanos. Isso equivalia a legitimar os ideais propagados durante as comemorações, conforme ditava o novo regime.

A despeito do considerável comparecimento de espectadores, os organizadores frequentemente notavam uma certa frieza envolvendo esses momentos. É importante observar que os critérios nos quais eles baseavam tal afirmação não estão explicitados ou sugeridos de forma clara na documentação disponível.

Podemos observar que durante o período compreendido entre 1911 e 1916, as celebrações cívicas apresentavam uma regularidade mais acentuada nas festas de rua. O ponto mais alto das manifestações republicanas ocorreu entre 1917 e 1922. No entanto, após esse período, as comemorações nas áreas urbanas declinaram de maneira acentuada, quase chegando a um estado de estagnação. Em comparação com os anos anteriores, essas celebrações foram reduzidas a um ritual excessivamente simples, consistindo principalmente no ato de hasteamento e arriamento das bandeiras nos feriados cívicos.

Dantes, a cidade toda se remexia e vinha assistir às ruas principaes o seu movimento incommun suscitado pelas comemorações cívicas ao dia; em que sobre-sahiam as forças militares em evoluções, e o desfile das escolas. etc. [...]. Nada disso se faz. O governo, o tempo que dispõe, emprega unicamente em vender (quando não dá) o patrimônio do Estado [...] (SERGIPE JORNAL, 1926, p. 2).



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



Seu declínio aconteceu no governo de Graccho Cardoso, presidente de Sergipe. Logo após assumir a administração do estado, as festas cívicas nas ruas cessaram. Algo contraditório, pois ele foi/é considerado por muitos, inclusive pela historiografia sergipana atual, como um governante desenvolvimentista. Sendo responsável por diversas construções públicas, voltadas principalmente à área da educação — os grupos escolares.

Essa condição persistiu por um considerável período de tempo, afetando inclusive o sucessor de Graccho Cardoso no governo do estado, o Sr. Manoel Corrêa Dantas. Durante um período relativamente extenso, que se iniciou em 1923 durante a gestão de Cardoso, não houve a realização das festividades cívicas nas ruas, e essa situação perdurou até o término do mandato do presidente Dantas em 1930. No entanto, nesse último ano, surgem indícios de que essas celebrações estavam ressurgindo.

No período em questão (1923-1930), percebemos o silêncio das autoridades sergipanas ao não tomarem medidas para que as comemorações acontecessem. O que motivava esse desinteresse, não sabemos as razões. Simplesmente, houve a omissão de dois presidentes de Sergipe (Graccho Cardoso e Manoel Corrêa Dantas) para que elas não ocorressem nas ruas.

O último presidente de Sergipe da década de 1920 não esboçou nenhuma preocupação ou reação frente às festas republicanas de rua. Seu interesse estava voltado, durante seu mandato, para a realização delas no interior dos estabelecimentos de ensino primário. Sendo que em 1927, o Sr. Corrêa Dantas reforçava na Assembleia Legislativa a importância das comemorações nacionais e estaduais nas escolas.

Mas as autoridades sergipanas não foram as únicas a silenciarem frente a uma situação no mínimo inquietante. Tendo em vista não existir nenhum indício na documentação sobre o porquê, e, muito menos, discursos nos ofícios escolares, decretos e regulamentos da instrução que façam qualquer referência às festividades organizadas no espaço urbano naquele período.

A imprensa sergipana estava entre os que contribuíram com o estado de silêncio. Sem as comemorações cívicas nas ruas, com a participação de várias escolas públicas e as diversas instituições de Sergipe, os jornais voltaram seus olhares para o que era realizado nos outros entes federativos, a exemplo de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Foi um período em que a sociedade sergipana teve que conviver com essa situação de desânimo em diversos setores sociais, com exceção de algumas instituições de fomentação da cultura.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



Isso nos conduziu a concluir que o período de 1923 a 1927 estava em uma condição consideravelmente mais precária em comparação com os anos anteriores a 1911. Nos anos anteriores a 1911, havia celebrações em vigor, e tanto os indivíduos quanto os próprios jornais se posicionavam diante de diversos temas relacionados às comemorações republicanas: a apatia dos espectadores, a irregularidade na realização das festividades, o estímulo ao patriotismo e o apelo para que mais pessoas participassem dos eventos.

Durante o período de estagnação (1923-1927), não houve, com raríssimas exceções, nenhuma voz que denunciasse o estado que passava Sergipe naquele momento. Os sergipanos tinham conhecimento das festividades apenas por meio do hasteamento das bandeiras, quando ocorriam, ou por meio das notícias veiculadas nos jornais de outros estados. Não houve pronunciamentos ou manifestações de indivíduos na imprensa, e os jornais locais tampouco emitiram notas, exceto por uma única nota no *Sergipe Jornal*, datada de 08 de setembro de 1926, além de alguns discursos realizados pelo *Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)* no jornal *Correio de Aracaju*, na tentativa de despertar o interesse dos sergipanos pelas comemorações.

Essa falta de entusiasmo nas celebrações cívicas nas ruas não foi uma ocorrência limitada a um único momento da história da Primeira República em Sergipe. O alerta sobre a ausência de fervor cívico-patriótico foi feito por José Veríssimo no jornal *O Liberal do Pará*. Ele apontava que, mesmo no Brasil Imperial, as datas nacionais importantes passavam despercebidas, quase esquecidas, e o povo as observava anualmente com um indiferentismo gélido, adiante escreveu: “[...] o povo vê-a passar todos os annos com um indiferentismo glacial” (VERÍSSIMO, 1879, p. 1). Essa de falta de entusiasmo parece ter persistido ao longo do tempo.

No ano seguinte à Proclamação da República (1889), foi estabelecido um decreto que ditava as festividades que deveriam ser celebradas. Nesse ato governamental, José Veríssimo expressou otimismo quanto à realização regular dessas celebrações (REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1890, p. 265) e apelou para que “não os deixemos cair logo em desuso, como na monarquia” (VERÍSSIMO, 1890, p. 83). No entanto, posteriormente, ele ficou desapontado com o rumo tomado pelo regime republicano.

No contexto de Sergipe, esse cenário pode ser evidenciado por meio do Decreto nº 155 B, datado de 14 de janeiro de 1890, que oficializou as celebrações republicanas, pois a ocorrência dessas celebrações variou no Estado. Assim, ao longo da Primeira República, identificamos quatro fases distintas:

1. De 1890 a 1910, as festividades ocorriam de maneira irregular, conforme atestam as notas nos jornais que acusavam os sergipanos de apresentarem baixo fervor cívico-patriótico. Além disso, a participação das escolas públicas era pouco ativa;



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



2. De 1911 a 1916, os estabelecimentos de ensino, especialmente os grupos escolares, começaram a participar de forma mais ativa. Nesse período, as queixas sobre a frieza da sociedade em relação às celebrações ainda eram frequentes;
3. De 1917 a 1922, houve o auge dos eventos cívicos, realizados com grande pompa e envolvimento de diversas instituições. Durante esse momento, as reclamações sobre a falta de entusiasmo da sociedade em relação às festividades cívicas diminuíram consideravelmente;
4. De 1923 a 1927, as celebrações praticamente estagnaram. Elas se resumiram a atos de hasteamento e arriamento de bandeiras, com exceção de algumas instituições. Durante esse período, os jornais praticamente silenciaram sobre o tema e não houve reclamações, nem por parte de indivíduos nem dos próprios jornais, quanto à inércia das celebrações (SILVA, 2021, p. 207-209).

A organização dos eventos cívicos, como se evidencia ao longo do percurso mencionado, estava se tornando cada vez mais complexa. Isso se deve ao fato de que exigia a participação de um amplo leque de instituições e indivíduos na sua execução e participação. Nos dias de comemoração, havia a presença de sujeitos de diversas origens e classes sociais.

Possivelmente, devido a essa crescente complexidade e também à grandiosidade com a qual esses eventos eram organizados, durante o período de 1917 a 1922, as vozes dissonantes que antes clamavam sobre a falta de entusiasmo dos sergipanos nas festividades republicanas não foram ouvidas. Isso pode ser atribuído ao fato de que essas celebrações envolviam uma diversidade maior de participantes e assumiam uma magnitude que minimizava as críticas sobre a apatia da sociedade em relação a elas.

Após esse período de auge, as celebrações cívicas nas áreas urbanas continuaram, embora tenham ocorrido mudanças. Anteriormente, vários estabelecimentos de ensino marchavam pelas ruas. Posteriormente, as informações sobre as celebrações de rua eram predominantemente relacionadas a passeatas cívico-escolares. Uma escola, uma passeata.

Se compararmos com os anos anteriores, a maneira como esse evento ocorria, era diferente. As batidas das bandas de música e o marchar dos grupos escolares se assemelhavam a sussurros pelas ruas, em contraste com a grandiosidade anterior das celebrações.

Ao longo da Primeira República podemos observar a sua organização. As passeatas cívicas não tinham um papel definido nas festas. Em alguns momentos, eram organizadas em função delas mesmas, em outros, tornavam-se um prolongamento de uma maior: uma comemoração, uma celebração, uma solenidade, uma homenagem, etc. Essa dualidade pode ser observada quando acompanhamos o desenrolar de seu desenvolvimento ao serem realizadas em Sergipe.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



Em um primeiro momento, elas poderiam ser realizadas por meio de parcerias ou por iniciativa da própria escola, sem a intervenção de terceiros, o que era mais raro. Naquele caso, geralmente seria um jornal a contribuir com as festas que fossem organizadas. Sendo assim, não estavam sujeitas, necessariamente, a participação de outras Instituições de ensino, já que elas mesmas planejavam e executavam como se fossem a própria cúpula do Estado a organizá-las¹³ por meio da Diretoria de Instrução Pública.

Dessa forma, essas celebrações acabavam por beneficiar as instituições que ofereciam apoio financeiro ou contribuía para a divulgação dos eventos, apresentando-se como defensoras e promotoras do patriotismo e do civismo durante as festas republicanas. Por outro lado, as escolas conquistavam notoriedade na comunidade em que estavam estabelecidas¹⁴. A elas, em particular, incumbia a tarefa de mostrar ao público o que ensinavam aos seus alunos. Nessas ocasiões, as práticas do cotidiano escolar ganhavam vida nas ruas: a disciplina, os comportamentos, os hábitos e os gestos, ou por meio de representações, como os exercícios físicos e as atividades de ginástica, entre outras manifestações¹⁵.

O jornal *A Razão* vociferava críticas contundentes à condição de atraso na qual a educação em Sergipe se encontrava. As festas cívicas, por sua vez, pareciam estar imersas em um estado de letargia, havendo feito escassos progressos nesse aspecto durante o período (1890-1910). Para contornar tal situação, afirmava: “já é tempo de expurgar o atrazo e presumpção que predominam em nosso meio, seguindo o desenvolvimento d’outros estados da união”¹⁶. Certamente, ao proferir tal assertiva, estava pensando no Estado de São Paulo.

No entanto, a primeira Instituição de ensino em que as fontes descrevem — ou pelo menos a mais famoso — a realização de passeatas cívicas, na Primeira República em Sergipe, foi a *Escola Tobias Barreto*¹⁷, fundada em 1909 pelo Major José de Alencar Cardoso, na cidade de Estância/Se. Ela apresentava características de forte teor cívico e patriótico, estando incluídos em seu programa escolar a organização de desfiles pelas ruas da cidade com encenações de diversos combates¹⁸.

O outro modo de passeatas cívicas tinha uma forma complexa de organização. Aconteciam conjuntamente com outras Instituições de ensino e inseridas em uma festa maior, não se apresentando somente estabelecimentos de instrução primário, mas também, batalhões militares, corpo policial, entre outros, sendo que essas contavam, obrigatoriamente, com a presença das autoridades do Estado nas comemorações. Consequentemente, estavam sob a orientação de alguém indicado ou em posse de tal autoridade, geralmente, o Diretor da Instrução Pública.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



Os dois tipos de passeatas cívicas, além de comemorarem certos feitos, destinavam-se a um mesmo fim: celebrar determinadas datas, prestando homenagens a indivíduos ilustres ou Instituições sergipanas, cabendo aos alunos se apresentarem nos festejos cívicos realizados nas ruas, demonstrando o que haviam aprendido nas escolas de ensino primário de Sergipe. Ou seja, os futuros cidadãos eram forjados ao se renderem às encenações, anteriormente, ensaiadas sobre a supervisão de um professor.

Como reflexos da sociedade a ser moldada, as passeatas cívicas eram organizadas para exibir os resultados da educação no estado. No entanto, as festividades eram mais do que meras apresentações, eram uma abordagem pedagógica e estratégica para instilar nos indivíduos, primeiramente nos alunos e, posteriormente, no público em geral, comportamentos, hábitos, gestos e palavras de ordem, como civismo e patriotismo. Essas celebrações eram uma maneira de transmitir valores e ideais aos alunos, contribuindo assim para a formação da identidade cívica e patriótica dos futuros cidadãos.

Essas celebrações foram meticulosamente planejadas para se transformarem em espetáculos visualmente cativantes e envolventes, capazes de suscitar o sentimento de repúdio em relação a determinadas práticas sociais. O objetivo subjacente era criar uma sensação de constrangimento ou responsabilidade nos alunos, visando promover um autocontrole que os incentivassem valorizar o trabalho, reverenciarem os heróis nacionais, acatarem as autoridades estatais presentes, fortalecerem as hierarquias e prepará-los para a defesa da pátria quando necessário, entre outros propósitos. Essa abordagem tinha como meta moldar o futuro cidadão, tendo como resultado o pleno engajamento dos indivíduos nos ideais do regime republicano.

Ao tentarem impor, por meio das celebrações, uma sociedade idealizada em Sergipe, esses eventos se distanciavam da vida real. Eles não deveriam ser considerados reflexos precisos de um determinado período, capazes de revelar o cotidiano e as relações entre os indivíduos na sociedade. Em vez de ilustrarem a cultura de uma época e lugar específicos, essas celebrações contradiziam seus elementos e se destacavam, criando uma imagem idealizada que estava sendo construída (DUVIGNAUD, 1983, p. 32). Em vez de retratarem de forma autêntica a realidade, elas moldavam uma narrativa cuidadosamente elaborada que muitas vezes contrastava com a complexidade e nuances da sociedade.

As ruas e praças das cidades em Sergipe eram os lugares privilegiados para essas encenações. Paralelamente, durante esse período, a partir de Aracaju, as cidades estavam passando por um processo de transformação de seus espaços urbanos. Com a realização das passeatas cívicas das escolas em todo o estado, essas cenas serviam para reforçar os novos comportamentos e hábitos que eram desejados nesses ambientes. As celebrações não apenas eram uma representação simbólica, mas também tinham um impacto real na maneira como as pessoas interagiam com o espaço público e entre si, reforçando as aspirações do regime republicano.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



Numa cidade em pleno processo de transformações, com o intuito de alcançar a civilização almejada, prevaleceria a necessidade de erradicar um contexto que remonta ao período anterior a 1911, e que perdurou até o Período Imperial: problemas como prostituição, vadiagem, roubos e furtos, entre outros vícios. No entanto, essas preocupações não se restringiam a locais de trânsito ou entretenimento. As ruas deveriam ser lembradas e incorporadas como instrumentos para promover práticas civilizadas entre os cidadãos republicanos, abarcando atividades como festas cívicas, comemorações, celebrações, passeatas cívicas, homenagens e outras manifestações.

Para evitar que isso ocorresse, os festejos não poderiam ser negligenciados como nos tempos da monarquia (VEIGA, 2007, p. 414). Naquela época, os eventos estavam principalmente sob a responsabilidade de escolas isoladas do Império. Dentro dessas instituições de ensino, não era possível proporcionar nem uma educação cívica adequada nem uma preparação que atendesse às demandas da vida ou cumprisse as funções sociais impostas pela República. Tais escolas eram bastante deficientes em construir e legitimar *práticas e representações* que o novo regime aspirava (CARVALHO, 1989, p. 24-25). Portanto, era crucial revitalizar e reorientar os festejos cívicos para se alinharem com os valores e objetivos da República recém-estabelecida.

No livro *Entre Práticas e Representações* de Roger Chartier, o poder e a dominação são elementos sempre intrínsecos. As práticas não estão separadas das *representações* e nem se manifestam como discursos neutros, embora em alguns momentos elas possam parecer: elas engendram estratégias e práticas que visam estabelecer uma autoridade, uma reverência e até mesmo legitimar escolhas. Entretanto, é inegável que elas estão imersas no reino da competição e do conflito, o que faz gerar, em certa medida, uma violência simbólica. Nas contendas das representações, busca-se impor a concepção de mundo social a outros ou ao mesmo grupo: embates que ostentam tanta relevância quanto as disputas econômicas; têm um impacto tão definitivo quanto os de natureza menos imediatamente tangível (CHARTIER, 1990, p. 17).

De acordo com a perspectiva de Mona Ozouf, as festas podem ser comparadas a uma dócil maquinaria, pronta para ser montada e desmontada “num abrir e fechar de olhos”, de acordo com as necessidades da causa em questão (OZOUF, 1976, p. 224). Independentemente dos propósitos políticos, as comemorações eram organizadas. No entanto, a autora ressalta que nem todas as festas seriam iguais. Ela identifica uma tipologia variada, abrangendo festas revolucionárias, contestatórias, desregradas e outras. Mesmo que esses eventos possam parecer similares, eles poderiam expressar intenções antagônicas por parte de seus organizadores (OZOUF, 1976, p. 220).



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



No entanto, com a implantação dos grupos escolares em Sergipe, as celebrações nas ruas variaram entre momentos de grande entusiasmo (1917-1922), certa regularidade (1911-1916) e quase estagnação (1923-1930). Portanto, percebemos que a afirmação de Mona Ozouf foi exagerada ao exaltar a festa como uma simples montagem facilmente realizada por seus organizadores. Essa visão hiperbólica desconsidera diversos fatores que poderiam influenciar a organização das festas, tais como conflitos políticos, econômicos, sociais e o próprio interesse do público nas celebrações. As festas não eram meramente eventos padronizados e manipuláveis, mas sim manifestações complexas que refletiam uma interação dinâmica entre diferentes forças e interesses na sociedade.

Na situação em que as comemorações em Sergipe se encontravam, o Sr. Manoel Corrêa Dantas buscava, de acordo com seu projeto, transformar as escolas de ensino primário, especialmente os grupos escolares, em principais veículos para implementar os ideais republicanos. Nesse esforço, elas carregavam a responsabilidade de construir representações (conhecimentos escolares) e promover práticas civilizadas (hábitos, costumes, gestos e outros) a serem ensinadas e legitimadas por meio das festas cívico-escolares e escolares. Dessa forma, Corrêa Dantas visava utilizar a educação como uma ferramenta para disseminar os valores e comportamentos desejados pelo regime republicano e moldar a sociedade de acordo com esses princípios.

Foi dentro desse contexto que a celebração ocorrida no *Grupo Escolar Olympio Campos*, em 7 de setembro de 1927, teve lugar. Após uma série de solenidades e atividades envolvendo os alunos, a escola estava pronta para sair às ruas. Durante a tarde, esse estabelecimento de ensino promoveu uma passeata cívica, acompanhada por uma banda de música local. Além disso, a *Escola Tobias Barreto* também se uniu ao desfile, marchando em conjunto (CAMPOS, 1927, p. 1). Essa celebração demonstra a maneira pela qual as escolas estavam se tornando peças centrais na promoção dos ideais republicanos, utilizando eventos públicos como as passeatas cívicas para disseminar os valores e o patriotismo entre os alunos e a comunidade em geral.

Assim, na ausência de celebrações que envolvessem a participação de diversas escolas em Sergipe, tais responsabilidades recaíam sobre os professores e diretores dos grupos escolares no período de 1923 a 1927. Nesse cenário, eram eles que ficavam encarregados de planejar e realizar os festejos. Esse novo papel proporcionava certa autonomia para decidirem se as festividades nas escolas seriam mais simples ou mais elaboradas, e se seriam seguidas ou não por passeatas cívicas nas ruas da cidade. Esse contexto permitia aos educadores moldar as comemorações de acordo com as necessidades e visões locais, adaptando-as às circunstâncias específicas de cada escola e comunidade.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



Essencialmente, essa transformação refletia um dos propósitos subjacentes da festa: a renovação. Em um primeiro momento, observamos várias escolas encenando o progresso da educação em Sergipe. Em outro momento, algumas escolas optaram por organizar as comemorações de maneira mais particular. Nesses casos, além de representar o avanço do ensino primário, as celebrações destacavam a importância da própria instituição educacional que as conduzia. Isso permitia que as escolas ganhassem visibilidade tanto em âmbito local quanto estadual, especialmente quando organizavam atividades que se estendiam para além de seus próprios espaços por meio de passeatas cívicas, por exemplo (CAMPOS, 1927, p. 1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término da nossa análise, percorremos os diferentes percursos trilhados pelas passeatas cívicas no estado de Sergipe. Antes da introdução dos grupos escolares em 1911, tais passeatas eram realizadas principalmente com a ajuda de indivíduos ou instituições privadas. Entre os anos de 1911 e 1922, elas se tornaram frequentes nas festas organizadas pelo governo, com a participação de diversos estabelecimentos de ensino. Após esse período, as passeatas retornaram às ruas de forma individual: cada escola decidia se realizava ou não, em determinada data, uma passeata cívica.

Finalmente, a partir de 1930, começaram a surgir indícios de que as comemorações cívicas estavam ressurgindo. Essa análise abrangeu as diferentes fases e transformações das festas cívicas e suas relações com a educação e a sociedade sergipana.

Dessa forma, fica claro que os alunos dos grupos escolares em Sergipe desempenhavam simultaneamente dois papéis importantes. Eles eram moldados pelas festas cívico-escolares, especialmente nas passeatas, ao mesmo tempo em que contribuíam para a construção de uma representação de civilidade. Nesse sentido, coube aos professores, diretores dos grupos escolares e aos alunos continuarem, entre 1923 e 1927, com as grandes festividades cívicas de rua que haviam sido organizadas no passado, mesmo que elas se tornassem apenas uma lembrança do que já foram. Esse papel dos alunos e educadores nas comemorações não apenas reforçava a construção de valores cívicos e patrióticos, mas também desempenhava um papel na preservação da memória histórica desses eventos.

REFERÊNCIAS



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



BOURDIEU, Pierre. A Representação Política. *In.*: _____. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 187-188.

BURCKHARDT, Jacob. A sociabilidade e as festividades. *In.*: _____. **A cultura do renascimento na Itália**: um ensaio. Tradução: Sérgio Tellaroni. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 360-371.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a república**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CHARTIER, Roger. Introdução. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990. (Memória e Sociedade).

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. Tradução: Paulo Neves. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DUVIGNAUD, Jean. Introdução. *In.*: _____. **Festas e civilizações**. Tradução e Nota introdutória: L. F. Raposo Fontenelle. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. p. 32.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Volume I. Tradução: Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In.*: _____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.

LUZ, Guilherme Amaral. Festa barroca? *In.*: PEREZ, Léa Freitas; AMARAL, Leila; MESQUITA, Wania (Orgs.). **Festa como perspectiva e em perspectiva**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 337-351.

OZOUF, Mona. A festa sob a Revolução Francesa. *In.*: _____. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Tradução: Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976. p. 216-232.

PEREZ, Léa Freitas; AMARAL, Leila; MESQUITA, Wania (Orgs.). **Festa como perspectiva e em perspectiva**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

SILVA, Degenal de Jesus da. **Dionísio republicano**: as festas dos grupos escolares sergipanos e os outros olhares (1911-1930). Curitiba: CRV, 2021.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. *In:* _____; LOPES, Eliane Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes. **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 414.

NOTAS DE FIM

1. ALMEIDA, Jaime de. Festa e História na América Espanhola e no Caribe. *In:* *In:* _____. VAINFAS, Ronaldo (org.). **América em Tempo de Conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p. 146-147 (Coleção Jubileu). Sua categorização estava um pouco desatualizada, mas mostrou-se profícuo para a nossa pesquisa ao fazermos as devidas alterações. E assim o fizemos, com base nos novos estudos sobre as festas, omitimos alguns elementos e acrescentamos outros.
2. BRASIL. Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Câmara dos Deputados. **Annaes dos Deputados do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, Tomo 02, 17 de maio de 1889, p. 146.
3. BRASIL. Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Câmara dos Deputados. **Annaes dos Deputados do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, Tomo 02, 19 de maio de 1889, p. 243. (grifo nosso).
4. SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Império das Festas e as Festas do Império. *In:* _____. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 252.
5. BRASIL. Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Câmara dos Deputados. **Annaes dos Deputados do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, Tomo 02, 17 de maio de 1889, p. 165.
6. FAORO, Raymundo. A Emergência do Estado Forte e o Chefe Ditatorial. *In:* _____. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 3º ed. São Paulo: Globo, 2001, p.774.
7. GERKEN, Maria Aparecida de Souza. "Por um Espírito Festivo: decretos e Programas - as festas escolares, os auditórios e suas prescrições" *In:* **Entre Bandeiras, Árvores e Bonecas: festas em escolas públicas primárias de Minas Gerais (1906-1930)**. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. p.55.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



8. CHARTIER, Roger. Op. Cit. 1990. p. 236. (Memória e Sociedade).

9. BRASIL. Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Câmara dos Deputados. Annaes dos Deputados do Império do Brasil, Rio de Janeiro, Tomo 02, 17 de maio de 1889, p. 164.

10. Ibidem. pp. I-III.

11. Ibidem. p. II.

12. Ibidem. p. II.

13. A RAZÃO. Anno XVI, n.º 43, Estancia/SE. 31 de outubro de 1909. p. 3.

14. Ibidem. pp. I-III.

15. A RAZÃO. Anno XVI, n.º 43, Estancia/SE. 31 de outubro de 1909. p. 3; A RAZÃO. Anno XVI, n.º 35, Estancia/SE. 5 de setembro de 1909. p. 2.

16. A RAZÃO. Anno XVI, n.º 43, Estancia/SE. 31 de outubro de 1909. p. 3.

17. Idem.

18. A Escola Tobias Barreto foi fundada em 9 de maio de 1909 pelo major José de Alencar Cardoso. Em um primeiro momento, tal estabelecimento denominava-se Grupo Escolar Tobias Barreto. Uma alusão à qualidade apresentada pelos grupos escolares do Estado de São Paulo. Cf.: A RAZÃO. Anno XVI, n.º 19, Estancia/SE. 09 de maio de 1909. p. 2; A RAZÃO. Anno XVI, n.º 43, Estancia/SE. 31 de outubro de 1909. p. 3; A RAZÃO. Anno XVI, n.º 36, Estancia/SE. 12 de setembro de 1909. p. 1.